

Ass. Const

Coluna do Castello

O Brasil mais à esquerda em 1987

A tranqüilidade da campanha eleitoral, acentuada pelo malogro da CUT de transformar o período setembro-outubro em teste de desafio à política oficial, o desempenho modesto dos partidos de esquerda, entre os quais o temido PT, e as composições heterodoxas na maioria dos estados para escolha de governadores são os fatores nos quais se apóia o presidente José Sarney para prever um desfecho tranqüilo para o episódio eleitoral de novembro, com a eleição pelos partidos que o apóiam de cerca de 400 deputados federais.

Os governos estaduais serão igualmente distribuídos entre o PMDB e o PFL, com predominância do primeiro, e a possível vitória do sr Antônio Ermírio em São Paulo não altera o quadro geral. Os dados que poderiam subverter as perspectivas traçadas pelo presidente seriam reviravoltas em São Paulo, com a ascensão do sr Paulo Maluf, e no Rio de Janeiro, com a ascensão do sr Leonel Brizola. O primeiro daria base a uma reação à Nova República a ponto de desequilibrar o processo de transição iniciado com a eleição de Tancredo-Sarney. O segundo manteria num ponto sensível uma base de desestabilização da sucessão presidencial da República.

Tais hipóteses, no entanto, são remotas. O quadro que se esboça é tranqüilizador para o governo e lhe dá a impressão de que disporá de elementos para elaborar uma equilibrada Constituição da República, por intermédio de uma Constituinte majoritariamente alinhada à política oficial. O presidente deverá estar levando em conta a presença de uma cota significativa da esquerda, senão no centro nevrálgico do país, pelo menos em estados com tradição de influir regionalmente e funcionar como referência obrigatória das decisões nacionais. Em Pernambuco e na Bahia (se o ministro Antônio Carlos Magalhães até o dia 15 não provar em contrário), a esquerda situará no governo dois homens de esquerda provados na luta, na adversidade e na permanência dos seus compromissos.

Os srs Miguel Arraes e Waldir Pires são dois expoentes da geração de políticos que, salvo breves interregnos, se colocaram à contramão no curso dos governos que se sucederam à Constituição de 1946 e caíram na ilegalidade e no exílio depois de 1964. São figuras definidas e por isso mesmo de atuação previsível na elaboração das novas instituições nacionais e na formação dos futuros

governos. Sua influência se fará sentir sobre a Constituinte e sobre o conjunto de forças que, nem tão definidas quanto eles, tem em comum o sentimento de que o Brasil deve modernizar-se e avançar um pouco mais do centro para a esquerda.

Precedente significativo tem o presidente José Sarney no trabalho da Comissão Afonso Arinos, para a qual designou juristas e cientistas políticos recrutados na elite profissional do país. A expectativa criada por tal comissão era a de que se pretendia congelar o processo democrático, propondo-se a institucionalização de instituições liberais do tipo das Cartas de 34 e 46. No entanto, embora a extensão e por vezes a incoerência das conclusões, o documento que resultou de um ano de trabalho desses expoentes do pensamento político, universitário e profissional adquiriu um sentido progressista, com tinturas socializantes, nacionalizantes e estatizantes.

A surpresa registrada em alguns setores não levou em conta que a tendência, senão dominante mas visível do projeto da Comissão Afonso Arinos, traduz o sentimento que, ao longo do regime militar, difundiu-se no país, principalmente entre seus professores, estudantes, profissionais liberais e nos organismos que os representam. O Brasil de hoje é progressista e pende mais para a esquerda do que para a direita, quando nada para procurar uma postura equilibrada ao fim de um período de grave desequilíbrio político nacional.

Tais tendências podem provocar receios fora e dentro do país. Mas a correção de excessos está na postura do presidente e do seu governo, levemente tocada de sentimento social, e no número de governadores que, ao centro, crescerá na próxima eleição. Apenas em Goiás e no Rio Grande do Sul podem emergir governos semi-esquerdistas, como ponto de reforço da atuação que emanaria de Pernambuco e da Bahia. Mesmo nesses estados, com a provável eleição dos governadores de esquerda, a miscelânea de que resultariam tais vitórias é um atestado de que o Brasil tende mais para a composição e a transição do que para radicalismos.

A oposição será, à direita, provavelmente desempenhada pelo malufismo remanescente e, à esquerda, pelo brizolismo. Os partidos comunistas mais provavelmente continuarão a preservar sua presença legal no quadro do país. Difícilmente serão envolvidos, como o PT, pela organização da CUT, que até aqui teve menos êxito do que imaginava o próprio governo. A tendência para o social e para o respeito aos direitos humanos e à liberdade será, sem dúvida, uma tônica que os próprios militares estão preparados para registrar como desfecho da sua longa intervenção na vida brasileira.

Carlos Castello Branco